EDUCAÇÃO SEXUAL NA ESCOLA: ENTRE O SILENCIAMENTO E O POTENCIAL EMANCIPATÓRIO NO CONTEXTO CAPITALISTA

Gabriel Bevilacqua[1]
Giseli Monteiro Gagliotto[2]

INTRODUÇÃO

Educar é, antes de tudo, um gesto de coragem. Em um cenário em que a escola é cada vez mais pressionada a se curvar às lógicas do mercado e do conservadorismo, ser educador é assumir uma posição de resistência. A educação, que deveria ser um espaço de liberdade, crítica e construção coletiva, vem sendo silenciada por discursos que afastam o pensamento de sua função emancipadora. Nesse contexto, insistir em formar sujeitos críticos, conscientes e capazes de intervir em sua própria realidade é um ato político. Como afirma Freire (1996, p. 25), “ensinar exige coragem para lutar por uma realidade mais justa”. Assim, educar é provocar fissuras em estruturas que desejam manter tudo como está.

A educação ocorre a todo momento: quando assistimos à televisão, conversamos com o vizinho, vemos uma propaganda, vamos ao mercado ou escutamos música. Esse processo acontece de tantas formas que se torna quase invisível, exceto quando se dá por meio de um processo formalizado de ensino. Como já dizia Brandão (2007, p. 7), "Ninguém escapa da educação". Ou seja, ela perpassa o ambiente escolar e está presente nas mais diversas instituições sociais.

Num contexto sócio-histórico e cultural, a escola surge da necessidade de transmitir o conhecimento a todas as classes, e não apenas à dominante, com o ideal de democratizar o saber. No entanto, ao longo da história, atribuiu-se à escola a função de equalizar oportunidades — promessa que se choca com a realidade: como garantir equidade se o próprio sistema educacional reflete e perpetua um modelo classista? A educação, longe de ser neutra, carrega as marcas das relações de poder, reproduzindo desigualdades, a menos que seja pensada de forma crítica e emancipatória.

1Mestrando em Educação pela Universidade Estadual do Oeste do Paraná - UNIOESTE, campus de Francisco Beltrão (em andamento). Graduada em Letras - Português e Espanhol, pela Universidade Federal da Fronteira Sul - UFFS (2024). Membro do "Laboratório e Grupo de pesquisa Educação e Sexualidade" (LABGEDUS) da UNIOESTE, campus de Francisco Beltrão (Paraná). Participa da linha de pesquisa "Estudos e pesquisas Psicanalíticas e Educacionais sobre Infância, Sexualidade e Educação Sexual e sua importância para a formação docente". Integrante do projeto de extensão grupo de estudos "Entre a Educação, a Cultura e a Psicanálise: diálogos (im)pertinentes". Atua com Professor efetivo pelo município de Francisco Beltrão nos anos finais do ensino fundamental. gabrielbevilacqua200@gmail.com

2Pós-doutora em Psicologia (2015) pelo Observatório da Sexualidade da UNIDEP, no Departamento de Ciências Sociais e do Comportamento, do Instituto Universitário da Maia-Portugal. É Doutora em Educação (2009) pela Universidade Estadual de Campinas - UNICAMP/SP (PPG conceito 5 CAPES).Psicanalista e Membro Fundadora do Movimento Lacaniano do Centro Oeste do Paraná-Irati/PR. Concluiu o Mestrado em Psicologia na UFSC - Universidade Federal de Santa Catarina - Florianópolis - SC no ano de 2000. Graduou-se em Psicologia na UFSC - Universidade Federal de Santa Catarina - Florianópolis - SC no ano de 1997 e em Pedagogia na UDESC - Universidade do Estado de Santa Catarina em 1994. É Docente Associada C do Colegiado de Pedagogia e do Programa de Pós-Graduação Mestrado em Educação, Linha de Pesquisa: Cultura, Processos Educativos e Formação de Professores, da Universidade Estadual do Oeste do Paraná - UNIOESTE, Campus de Francisco Beltrão. É líder do Laboratório e Grupo de Estudos, Pesquisas Ensino e Extensão: "Educação e Sexualidade" - LABGEDUS. giseligagliotto@gmail.com

Diante dessa conjuntura, uma pergunta se impõe: será que a educação sexual ainda não tem sua formalização no ensino escolar porque o sistema capitalista não vê lucro em promover autonomia, confiança, liberdade de escolha e diversidade? Em um sistema que prioriza a produção e a conformidade, a educação sexual — por fomentar a reflexão crítica sobre o próprio corpo, desejos e relações — pode ser vista como uma ameaça ao modelo hegemônico de controle social. Ao invés de formar indivíduos conscientes de seus direitos e capazes de tomar decisões informadas, o sistema educacional muitas vezes opta por omitir ou distorcer essa temática, perpetuando uma visão moralista e utilitária que se alinha aos interesses do mercado. A ausência de uma educação sexual formalizada e de qualidade reflete, assim, um projeto mais amplo de controle e manutenção das desigualdades, em detrimento do empoderamento dos indivíduos.

Este trabalho tem como objetivo principal investigar as razões pelas quais a educação sexual ainda não tem sua devida formalização nas escolas e por que não existem educadores preparados para essa prática pedagógica. Parte-se da hipótese de que o sistema capitalista não vê vantagem em desenvolver autonomia e confiança nos indivíduos, especialmente no que diz respeito à sexualidade. Busca-se, também, compreender como a ausência dessa educação impacta o desenvolvimento integral dos estudantes e limita suas capacidades de crítica e autonomia. Ademais, será discutido como essa lacuna não se deve apenas à falta de recursos ou políticas públicas, mas também à perpetuação de desigualdades sociais e ao controle sobre os corpos e escolhas dos sujeitos.

1 METODOLOGIA

O método é materialista, histórico e dialético, tendo em consideração as teorias e conceitos marxistas. O texto foi desenvolvido a partir de uma revisão bibliográfica dos conteúdos discutidos no componente curricular do mestrado “Tópicos Especiais em Cultura, Processos Educativos e Formação de Professores: a dialética entre a humanização e a educação na sociedade contemporânea”, incluindo autores como Friedrich Engels, Newton Duarte, Carlos Rodrigues Brandão e Michel Foucault, além de outros que abordam educação sexual, controle social e estrutura capitalista.

A metodologia adotada é de natureza qualitativa, com foco na análise teórica e na reflexão crítica. Desse modo, assume caráter ontológico, pois investiga a concepções sociais e culturais relacionadas a educação sexual, com isso, também assume uma perspectiva epistemológica, em virtude de criticar a construção do processo educacional, em especial a formalização do ensino, como se matem e quem o define e axiológica, pois considera os valores impostos, socialmente constituídos e subconscientemente compartilhados, influenciando as percepções de sexualidade e o processo de ensino.

2 REFERENCIAL TEÓRICO

As discussões acerca da complexidade da sexualidade na contemporaneidade exploram suas múltiplas dimensões, evidenciando que se trata de um fenômeno polissêmico, que vai além de definições convencionais. A sexualidade envolve aspectos biológicos, comportamentais, culturais, sociais e psicológicos, configurando-se como uma construção dinâmica e multifacetada (Bonfim, 2012).

Foucault (1975; 1976), ao investigar a sexualidade, propõe que o indivíduo é uma construção histórica e social, sendo constantemente moldado por normas e poderes institucionais. Para o autor, a sexualidade, em grande parte inconsciente, está sujeita a forças sociais que operam além da percepção individual. Sua abordagem ressalta a complexidade desse fenômeno, que ultrapassa tabus e restrições, abrangendo desejos, a consciência corporal e experiências subjetivas no mundo (Nascimento; Bezerra, 2018; Martins, 2017).

Ao conceber o corpo como um elemento político, Foucault argumenta que a sexualidade é um espaço de disputa onde as relações de poder são exercidas, contestadas e negociadas (Foucault, 1975; 1976). As normas sociais e instituições influenciam diretamente a forma como a sexualidade é compreendida e vivenciada, determinando identidades e delimitando ou ampliando possibilidades de expressão sexual.

Nesse sentido, Foucault evidencia que a sexualidade não se restringe a uma manifestação privada, mas se configura como um fenômeno político, onde o poder se manifesta e é tensionado por meio de práticas e discursos sociais. Essa perspectiva convida a uma análise crítica sobre as dinâmicas de controle que permeiam as experiências sexuais e sobre as estruturas que delimitam e regulam a sexualidade dos sujeitos (Foucault, 1975; 1976).

Além disso, é fundamental considerar que a sexualidade está presente ao longo de toda a vida, influenciando identidades e relações interpessoais desde a infância. Aspectos como a libido e os processos psíquicos exercem influência significativa na percepção e vivência da sexualidade, configurando-se como elementos essenciais para compreender a experiência humana (Foucault, 1975; 1976).

Historicamente, a chamada revolução sexual marca um ponto de ruptura na forma como a sexualidade é compreendida, promovendo uma ressignificação de conceitos como heterossexualidade, homossexualidade e bissexualidade, ampliando as discussões sobre identidade sexual (Bonfim, 2012). Esse processo desafia normas tradicionais e estimula o reconhecimento e a valorização da diversidade sexual, fortalecendo movimentos sociais que reivindicam direitos e visibilidade para minorias sexuais (Bonfim, 2012).

Nesse cenário, torna-se evidente a necessidade de desconstruir categorias binárias e abrir espaço para identidades e expressões de gênero não normativas. A revolução sexual impulsiona uma revisão crítica das narrativas dominantes sobre sexualidade, promovendo maior aceitação e liberdade para a manifestação das identidades de gênero e orientações sexuais (Bonfim, 2012).

Esse movimento não apenas questiona padrões normativos, mas também inaugura um processo de reconstrução das concepções de gênero e sexualidade, promovendo uma sociedade mais inclusiva e respeitosa com a diversidade humana (Bonfim, 2012). Paralelamente, a sexualidade está intrinsecamente ligada a valores éticos que estabelecem limites entre o que é aceito ou proibido, sendo regulada tanto por esferas jurídicas e políticas quanto por padrões culturais, que influenciam diretamente a educação sexual e as políticas públicas (Bonfim, 2012).

Diante dessas reflexões, torna-se evidente que a educação sexual vai além da mera transmissão de informações biológicas e preventivas; ela representa uma ferramenta essencial para a construção de sujeitos autônomos e críticos. No entanto, sua ausência ou tratamento superficial nas escolas não é um acaso, mas sim um reflexo das estruturas de poder que buscam manter o controle sobre os corpos e os discursos. Como discutido por Foucault, a sexualidade é um campo

onde as relações de dominação se manifestam e se perpetuam, tornando-se um espaço de disputa entre repressão e emancipação.

Se a educação é, como afirmamos, um ato de rebeldia, então lutar pela formalização e aprofundamento da educação sexual nos currículos escolares é uma ação de resistência contra um modelo que prioriza a alienação em detrimento da autonomia. A frase de Virgílio ressoa nesse contexto: se as forças dominantes não permitem que se avance pela via institucional, é preciso questionar, provocar e insistir, criando fissuras no sistema que nos permitem imaginar e construir um futuro em que o conhecimento e a liberdade caminhem lado a lado.

3 RESULTADOS E DISCUSSÕES

A partir da análise teórica empreendida, observa-se que a ausência da educação sexual formalizada nas escolas públicas não é apenas fruto de negligência institucional ou falta de formação docente, mas reflete um projeto político-pedagógico alinhado a interesses do sistema capitalista e conservador. A manutenção da ignorância sobre o próprio corpo, desejos e direitos favorece o controle social, especialmente sobre os grupos historicamente marginalizados, como mulheres, pessoas LGBTQIAPN+ e juventudes periféricas.

Percebe-se também que, mesmo quando presente nos currículos escolares, a abordagem da sexualidade tende a ser biologizante, moralista ou limitada à prevenção de doenças e gravidez. Essa perspectiva reduz a complexidade do tema e negligencia dimensões fundamentais como o prazer, a afetividade, a identidade e o respeito à diversidade. Essa limitação é reflexo da ausência de políticas públicas eficazes e da insegurança de educadores frente a uma temática que ainda é tabu, inclusive na formação inicial e continuada dos professores.

Outro dado importante que emerge é o papel da escola enquanto espaço de disputa. Por mais que haja resistências, muitos educadores comprometidos com uma educação libertadora buscam, dentro de suas possibilidades, tensionar o silêncio e abrir espaços para o diálogo. Esses movimentos revelam o potencial emancipatório da educação sexual, desde que esta seja compreendida como prática crítica, dialógica e comprometida com os direitos humanos, como propõe Freire (1996).

Assim, discutir a educação sexual de maneira crítica e interseccional torna-se uma exigência para que a escola cumpra seu papel social de formar sujeitos capazes de pensar, sentir, decidir e agir no mundo com responsabilidade, respeito e autonomia.

CONCLUSÃO

Cabe ao pesquisador voltar-se para as demandas emergentes do cotidiano escolar e entender as razões que sustentam os silenciamentos em torno da educação sexual. Isso requer a análise de fatores históricos, culturais, sociais e políticos que contribuem para essa resistência, assim como o desenvolvimento de estratégias pedagógicas que possibilitem abordagens críticas, inclusivas e emancipatórias.

Este processo busca compreender as lacunas que ainda persistem na educação pública e que favorecem a propagação de desinformação, inclusive entre professores que, por vezes, permanecem alienados e reproduzem discursos conservadores, reforçando tabus e estigmas sobre a sexualidade. Por isso, é

essencial investigar os fatores que contribuem para essa lacuna na formação docente e refletir sobre o impacto disso no desenvolvimento dos estudantes.

Defende-se, assim, a necessidade de políticas públicas e práticas pedagógicas que promovam uma educação sexual crítica, científica e inclusiva, capaz de garantir à escola seu papel social na formação cidadã, transformadora e voltada ao respeito à diversidade.

REFERÊNCIAS

BONFIM, P., MARTINS, A. (2023). **Desnudando a Educação Sexual.** Campinas, SP: Papirus, 2012.

BRANDÃO, Carlos Rodrigues. **O que é educação.** São Paulo: Editora Brasiliense, 2007.

DUARTE, Newton. **A anatomia do homem é a chave da anatomia do macaco/A dialética em Vigotski e em Marx e a questão do saber objetivo na educação escolar.** Educação e Sociedade, São Paulo, V 21, 2000.

DUARTE, Newton. **Crítica ao fetichismo da individualidade.** 2. ed. Campinas - São Paulo: Coleção Educação Contemporânea, Autores Associados, 2012.

ENGELS, Friedrich. **Sobre o papel do trabalho na transformação do macaco em homem.** Traduzido do espanhol. ed. Soviética, 1952.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia da Autonomia: *Saberes necessários à prática educativa.*** São Paulo: Paz e Terra, 1996.

FOUCAULT, M. (1975). **Vigiar e Punir:** nascimento da prisão. Tradução: Raquel Ramalhete. 20. ed. Petrópolis: Vozes, 1999.

FOUCAULT, M. (1976). **História da Sexualidade, Volume 1:** a vontade de saber. 11. ed. São Paulo: Paz & Terra, 2020.

MÉSZÁROS, István (1930). **A Educação para além do capital.** Tradução Isa Tavares. 2. ed. São Paulo : Boitempo, 2008.